

“ATA DA 04ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de março de 2015, na Sala das Sessões Waldomiro Ernesto Santamaria, situada na Avenida Sete de Setembro, nº 664, na cidade de Pirangi, São Paulo, reuniu-se esta Câmara Municipal sob a presidência da vereadora MARIA DE FÁTIMA LANFREDI DOS SANTOS secretariada pelo vereador JOÃO ALBANI NETO, para a realização da 04ª Sessão Ordinária do exercício de 2015. Após verificação do “quorum” feita pelo senhor 1º Secretário ficou constatado a presença dos senhores vereadores:- ANGELA MARIA BUSNARDO, DOUGLAS FRANÇA AIRES SCARDELATO, JOÃO ALBANI NETO, LUIZ CARLOS DE MORAES JÚNIOR, LUZIA AP. CASTRO GUERRERO FACUNDINI, MARIA CÉLIA PIRONI ANDRADE, PAULO ROBERTO MAGALHÃES, PEDRO JESUS FERNANDES, e a presidente MARIA DE FÁTIMA LANFREDI DOS SANTOS. Portanto, havendo número legal de vereadores e, invocando a proteção de Deus, a senhora Presidente declarou aberta 04ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Pirangi, do dia 24 de março de 2015. Posteriormente, convidou os senhores vereadores a ouvirem a execução do Hino Nacional Brasileiro, e também os convidou a ficarem de pé por um minuto em prol à Paz Mundial. Em seguida, convidou o vereador Luiz Carlos de Moraes Junior para realizar a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Para o Expediente, a senhora Presidente informou que se encontravam presentes à Sessão os seguintes vereadores:- ANGELA MARIA BUSNARDO, DOUGLAS FRANÇA AIRES SCARDELATO, JOÃO ALBANI NETO, LUIZ CARLOS DE MORAES JÚNIOR, LUZIA AP. CASTRO GUERRERO FACUNDINI, MARIA CÉLIA PIRONI ANDRADE, PAULO ROBERTO MAGALHÃES, PEDRO JESUS FERNANDES, e a presidente MARIA DE FÁTIMA LANFREDI DOS SANTOS. A senhora Presidente solicitou ao senhor 1º secretário, João Albani Neto, que procedesse à leitura da Ata da 03ª Sessão Ordinária, realizada no dia 10 de março de 2015. Fez uso da palavra o vereador Pedro Jesus Fernandes que requereu verbalmente a dispensa da leitura da referida ata, justificando que todos os vereadores possuíam cópia da mesma. A senhora presidente colocou em discussão o pedido verbal do vereador Pedro Jesus

“ATA DA 04ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

Fernandes, como ninguém fez uso da palavra, colocou-o em votação, os favoráveis permaneceram como estavam não houve manifestações contrárias, foi aprovado por unanimidade. A senhora Presidente colocou em discussão a Ata da 03ª Sessão Ordinária, realizada no dia 10 de março de 2015, como ninguém fez uso da palavra, colocou-a em votação, os favoráveis permaneceram como estavam, não houve manifestações contrárias, foi aprovada por unanimidade. A senhora Presidente solicitou ao senhor 1ª secretário que procedesse à leitura das matérias. Fez uso da palavra o vereador Luiz Carlos de Moraes Junior que requereu verbalmente a dispensa da leitura dos Projetos de Lei Complementar nº 02 e 03/2015, Projetos de Lei nº 07 e 08/2015 e do Projeto de Lei Legislativo nº 02/2015, justificando que já haviam sido lidos na sessão anterior. A senhora presidente colocou em discussão o pedido verbal do vereador, como ninguém fez uso da palavra, colocou-o em votação, os favoráveis permaneceram como estavam não houve manifestações contrárias, foi aprovado por unanimidade. A senhora Presidente solicitou ao senhor 1º Secretário que realizasse a leitura do restante das matérias. Terminada a leitura das matérias, a senhora Presidente informou as correspondências recebidas: -Convite do Congresso Estadual de Municípios em Cerra Negra do dia 07 ao dia 10 de abril de 2015 no Centro de Convenções Circuito das Águas; -Convite da ACAMURCA para reunião geral no dia 28 de março as 9h30m na Câmara Municipal de Santa Adélia; -A senhora Presidente informou ao plenário a retirada do Projeto de Lei Complementar nº 01 pelo senhor Prefeito Municipal para melhores estudos administrativos; - A senhora Presidente informou que encontravam-se nas mesas dos senhores vereadores o demonstrativos da receita e despesas referente ao mês de fevereiro; -A senhora Presidente solicitou ao senhor 1º Secretário que procedesse a leitura das respostas do senhor Prefeito ao requerimento dos senhores vereadores. Após leitura, a senhora Presidente informou que as demais correspondências encontravam-se a disposição na secretaria da Câmara Municipal. A senhora Presidente comunicou que: os Projetos de Lei Complementar nº 04 e 05/2015 e os Projetos de Lei nºs 09,

“ATA DA 04ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

10, 11, 12 e 13/2015, lidos na sessão, seriam encaminhados às comissões permanentes para emitirem seus respectivos pareceres; o Projeto de Lei Complementar nº 02/2015 com Emenda Supressiva nº 01/2015 e o Projeto de Lei Complementar nº 03/2015, seriam votados em segunda discussão e votação na Ordem do Dia; o Veto Total à Lei nº 2401, de 24 de fevereiro de 2015, os Projetos de Lei nºs 07 e 08/2015, o Projeto de Lei Legislativo nº 02/2015 e o Parecer do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo referente à prestação de contas do Executivo Municipal de Pirangi, relativas ao exercício de 2012, seriam votados em única discussão e votação na Ordem do Dia. Terminada a apresentação do Expediente, a senhora Presidente deixou a palavra livre. Fez uso da palavra o vereador Pedro Jesus Fernandes, que cumprimentou a todos e disse o seguinte: “Primeiramente eu quero agradecer ao Prefeito Municipal pela resposta positiva que ele me deu quanto ao alambrado. Eu acho que eu e o Paulo (Roberto Magalhães) que é o vereador que mora lá no bairro, temos visto o alambrado derrubado... É uma coisa que está deixando a gente muito triste, porque derrubou o alambrado por causa de uma arvore que estava lá e realmente ele está interessado em refazer o alambrado e ele também complementa aqui que o alambrado do Bacanão também será levantado, faz anos que também está caído aquele alambrado e para beleza da cidade isso é muito bom. Eu também quero, senhora Presidente, parabenizar o executivo através do Vice-Prefeito João de Sarro, conversando com ele na sala de licitações, ele informou que existe a possibilidade de a Prefeitura conseguir um cartão de isenção de pedágio, eu entrei em contato com a Câmara Municipal que também tem direito, o jurídico já está tomando as devidas providencias, o João (de Sarro) se informou direitinho na Prefeitura de Ariranha porque lá eles já tem esse cartão de isenção, então a Prefeitura gasta muito dinheiro com Pedágios e entrando com a documentação e cadastrando todos os veículos a Prefeitura fica isento de pagar IPVA e a taxa de pedágio, até então acho que ninguém sabia aqui da Câmara, e eu acredito que será para os cofres públicos um trabalho que dará resultado. Assim que já estiver tudo

“ATA DA 04ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

cadastrado os veículos, ficará isento da taxa de pedágio, então é um trabalho que o executivo vem desenvolvendo, parabênizo o João de Sarro também que correu atrás, é isso que eu queria dizer senhora Presidente muito obrigado”. A senhora Presidente informou que a palavra continuava livre. Fez uso da palavra o vereador João Albani Neto, que cumprimentou a todos e disse o seguinte: “Eu gostaria de fazer um requerimento e eu gostaria, se todos entenderem, que todos participassem desse projeto, desse requerimento. O Prefeito tirou em ofício, o projeto a respeito das farmácias que é o Projeto de Lei Complementar nº 01/2015. Eu gostaria de fazer um requerimento para que, se o executivo voltasse a fazer novamente esta lei, que antes que ele mandasse o novo projeto de lei referente as farmácias, que ele se atentasse a uma coisa muito importante, porque isso irá mexer com a população, é um caso difícil. Eu gostaria que o senhor Prefeito fizesse mais, ou fizesse reuniões com os vereadores, com a sociedade, com a ACIP, que o jurídico que formaliza essas leis viesse junto, o nosso jurídico. Então, eu gostaria que nós fizéssemos um requerimento e que todos os vereadores assinassem, para que no próximo, se ele for mandar novamente, que faça como a cidade de Monte Alto vem fazendo, todo mês eles têm duas reuniões para tentar verificar qual é o melhor horário das farmácias de Monte Alto. Como também surgiu esse problema, eu gostaria que o Prefeito também fizesse essas reuniões, não como foi feito, o projeto veio, foi devolvido, veio novamente, está irregular pelo que a gente está vendo, o Prefeito tirou; então, esse requerimento, que nós poderíamos assinar todos juntos, para que ele viesse realmente de encontro com a comunidade e com os vereadores, para que não acontecesse mais o que aconteceu e quando o projeto viesse nós e a comunidade e a ACIP tivesse em acordo. Esse é meu requerimento senhora Presidente”. A senhora Presidente colocou em discussão o pedido verbal do vereador. Como ninguém fez uso da palavra colocou-o em votação, os favoráveis permaneceram como estavam, não houve manifestações contrárias, foi aprovado por unanimidade. A senhora Presidente informou que a pedido dos vereadores daria 10 minutos de intervalo para esclarecimentos e encerrou o

“ATA DA 04ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

expediente. Transcorrido os dez minutos a senhora Presidente iniciou a “ORDEM DO DIA” da 04ª Sessão Ordinária do dia 24 de março de 2015, estando presentes os seguintes Vereadores:- ANGELA MARIA BUSNARDO, DOUGLAS FRANÇA AIRES SCARDELATO, JOÃO ALBANI NETO, LUIZ CARLOS DE MORAES JÚNIOR, LUZIA AP. CASTRO GUERRERO FACUNDINI, MARIA CÉLIA PIRONI ANDRADE, PAULO ROBERTO MAGALHÃES, PEDRO JESUS FERNANDES, e a presidente MARIA DE FÁTIMA LANFREDI DOS SANTOS. A senhora Presidente informou as matérias que constavam na Ordem do Dia: única discussão e votação ao Veto Total à Lei nº 2401, de 24 de fevereiro de 2015. Segunda discussão e votação ao Projeto de Lei Complementar nº 02/2015 com Emenda Supressiva nº01/2015 e ao Projeto de Lei Complementar nº 03/2015. Única discussão e votação ao Projeto de Lei nº 07/2015 ao Projeto de Lei nº 08/2015 ao Projeto de Lei Legislativo nº 02/2015 e ao Parecer do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo referente à prestação de contas do Executivo Municipal de Pirangi, relativas ao exercício de 2012. Portanto a senhora Presidente colocou em única discussão e votação o Veto total a Lei nº 2401, de 24 de fevereiro de 2015. A senhora Presidente informou que cada vereador disporia de 10 minutos para fazer uso da palavra, conforme parágrafo 6º, artigo 248 do Regimento Interno. A senhora Presidente colocou o veto em discussão. Fez uso da palavra o vereador João Albani Neto, que disse o seguinte: “Eu gostaria de fazer um comentário a respeito do veto, (por) que, as vezes muitas pessoas internautas não entendem, mas nós vereadores já estamos a par. O que aconteceu, o porquê o Prefeito deu o veto: Ele está alegando que nós estamos criando cargos ou aumentando salários (o que seria inconstitucional). Realmente a Câmara Municipal não pode criar cargos e nem dar aumentos para nenhum funcionário público, mas acontece que o edital do processo seletivo nº 02/2014 que foi feito entre maio e junho de 2014, (neste edital) consta todas as disposições, os requisitos, etapas, inscrições e o anexo 1. Este anexo 1 (foi) criado pelo executivo na data de maio de 2014, quando foi feito o concurso público para bolsista. O anexo 1 fala

“ATA DA 04ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

(sobre) cargos, jornada semanal de trinta horas, atividades, vagas, bolsa (auxílio) de um salário mínimo nacional, taxa de inscrição e exigências. Portanto, quem criou o salário dos estudantes, na época, foi o próprio executivo e para ele criar esses cargos, automaticamente, já estava na administração, tenho certeza que já estava no orçamento, porque quando cria-se um cargo, tem que estar no orçamento. Ele alegou no seu veto que é de iniciativa do Prefeito Municipal. Sim, sem dúvida é requisito básico, qualquer concurso, criação de cargo e salário é do Prefeito Municipal como ele bem diz aqui. Ele diz que ‘não será admitido aumento de despesa’. A Câmara não tem aumentado despesa, essa mudança no art. 4º que nós fizemos, nós não alteramos salários, nós não criamos cargos, portanto, nós vereadores aprovamos um projeto legítimo, constitucional e legal, embasado no nosso jurídico e nas nossas leis. Portanto, senhores vereadores, o veto tem que ser voto contrário, porque se nós não votarmos contrário nós temos que tomar outra atitude. Portanto eu gostaria que os senhores vereadores, eu tenho certeza que os senhores vereadores já entenderam. Quando nós alteramos a lei já foi aprovado por unanimidade e tenho certeza também que nós iremos votar contra o veto do senhor Prefeito, porque a lei não é inconstitucional e sim constitucional e legal. Obrigado senhora Presidente”. A senhora Presidente informou que continuava em discussão. Fez uso da palavra a vereadora Angela Maria Busnardo, que cumprimentou a todos e disse que era contra o veto. A senhora Presidente informou que estava encerrada a fase de discussão e solicitou ao 1º Secretário, Vereador João Albani Neto, que realizasse a chamada nominal para a fase de único turno de votação, devendo cada vereador declarar somente o voto, pelo fato de a fase de discussão estar encerrada. O senhor 1º Secretário iniciou a chamada nominal: Vereadora Angela Maria Busnardo declarou ser contra o Veto total a Lei nº 2401/2015. Vereador Douglas França Aires Scardelato declarou ser contra o Veto total a Lei nº 2401/2015. Vereador João Albani Neto declarou ser contra o Veto total a Lei nº 2401/2015. Vereador Luiz Carlos de Moraes Junior declarou ser contra o Veto total a Lei nº 2401/2015. Vereadora Luzia Aparecida Castro

“ATA DA 04ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

Guerreiro Facundini declarou ser contra o Veto total a Lei nº 2401/2015. Vereador Maria Célia Pironi Andrade declarou ser contra o Veto total a Lei nº 2401/2015. Vereador Paulo Roberto Magalhães declarou ser contra o Veto total a Lei nº 2401/2015. Vereador Pedro Jesus Fernandes declarou ser contra o Veto total a Lei nº 2401/2015. Terminada a fase de votação, o Veto total a Lei nº 2401/2015, foi rejeitado por unanimidade. A senhora Presidente colocou em segunda discussão e votação Projeto de Lei Complementar nº 02/2015 com Emenda Supressiva nº 01/2015. Colocou-o em discussão. Fez uso da palavra o vereador Luiz Carlos de Moraes Junior que solicitou a abstenção de seu voto. Como mais ninguém fez uso da palavra, colocou-o em votação. Os favoráveis permaneceram como estavam, não houve manifestações contrárias, foi aprovado por sete votos favoráveis e uma abstenção. A senhora Presidente colocou em segunda discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 03/2015. Colocou-o em discussão. Fez uso da palavra o vereador Paulo Roberto Magalhães que disse o seguinte: “Esse projeto, eu sou favorável até porque o seguinte: nós temos um quadro ali, que está meio defasado nessa área e eu tive uma conversa em que o Pedrinho (vereador Pedro Jesus Fernandes) pode participar, junto com o Prefeito, que existe duas vagas que foram pessoas que foram remanejadas de outro setor. Então, na verdade ele está abrindo essas vagas devido a situação que está acontecendo, mas na verdade ele não vai chamar todos, vai chamar o necessário agora e se for necessário futuramente vai poder chamar também, então ele já quer deixar.... Por isso que eu sou favorável desde já. Muito obrigado”. A senhora Presidente informou que continuava em discussão. Fez uso da palavra o vereador Luiz Carlos de Moras que solicitou a abstenção de seu voto. A senhora Presidente informou que continuava em discussão. Como mais ninguém fez uso da palavra, colocou-o em votação. Os favoráveis permaneceram como estavam, não houve manifestações contrárias, foi aprovado por sete votos favoráveis e uma abstenção. A senhora Presidente colocou em única discussão e votação o Projeto de Lei nº 07/2015. Colocou-o em discussão. Como ninguém fez uso da palavra, colocou-o em votação. Os

“ATA DA 04ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

favoráveis permaneceram como estavam, não houve manifestações contrárias, foi aprovado por unanimidade. A senhora Presidente colocou em única discussão e votação o Projeto de Lei nº 08/2015. Colocou-o em discussão. Como ninguém fez uso da palavra, colocou-o em votação. Os favoráveis permaneceram como estavam, não houve manifestações contrárias, foi aprovado por unanimidade. A senhora Presidente colocou em única discussão e votação o Projeto de Lei Legislativo nº 02/2015. Colocou-o em discussão. Como ninguém fez uso da palavra, colocou-o em votação. Os favoráveis permaneceram como estavam, não houve manifestações contrárias, foi aprovado por unanimidade. A senhora Presidente colocou em única discussão e votação o Parecer do Tribunal de Contas Estado de São Paulo referente à prestação de contas do Executivo Municipal de Pirangi, relativas ao exercício de 2012. Colocou-o em discussão e lembrou que cada vereador disporia de 15 minutos para fazer uso da palavra, conforme parágrafo 5º, artigo 254 do Regimento Interno. Fez uso da palavra o vereador Douglas França Aires Scardelato que solicitou a abstenção de seu voto. A senhora Presidente informou que continuava em discussão. Fez uso da palavra o vereador Luiz Carlos de Moraes Junior que cumprimentou a todos e disse o seguinte: “Conforme foi lido no parecer da comissão, aliás, eu ratifico o conteúdo, confirmo tudo. Infelizmente não dá para aprovar as contas de 2012, haja vista, fatos comprovados, apreensão que houve, então não tem o que se falar. Lembrando que o Tribunal analisa apenas o percentual, se foi aplicado tanto na saúde, tanto na educação e se bateu a meta está ok; fora os apartados que tem de contratos, de contratações, notas, empenhos, em ano eleitoral; para mim aprovar as contas de 2012 era a mesma coisa que aplaudir a situação da Petrobras e do mensalão em nosso país. Infelizmente não tem condição, sem contar também dos processos apartados que está ali, e contratos que estão no Ministério Público. O Tribunal simplesmente avaliou os percentuais, mas eu acho que essa casa deveria aprofundar em tudo o que está em andamento aí por fora. Então, já antecipo meu voto contrário ao parecer do Tribunal”. A senhora Presidente informou que

“ATA DA 04ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

continuava em discussão. Fez uso da palavra o vereador João Albani Neto que solicitou a abstenção de seu voto justificando o seguinte: “Essas contas de 2012 estão batendo aqui, mas os fatos pendentes de apreciação por este Tribunal... Então eu quero me abster do Parecer do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo porque ainda não terminou todas as... enfim, quero me abster do meu voto”. A senhora Presidente informou que continuava em discussão e suspendeu a sessão por um minuto para auxílio do Procurador Jurídico. Transcorrido o tempo, retomando a sessão, a senhora Presidente informou que continuava em discussão. Fez uso da palavra o vereador João Albani Neto que retificou sua solicitação de abstenção, dizendo que se equivocou com a lei, e declarou ser contrário ao parecer do Tribunal de Contas. A senhora Presidente informou que continuava em discussão. Fez uso da palavra o vereador Douglas França Aires Scardelato que retificando sua solicitação de abstenção, disse que como não poderia se abster neste caso, então declarava ser contra o parecer do Tribunal de Contas. Encerrada a fase de discussão, a senhora Presidente solicitou ao 1º Secretário, Vereador João Albani Neto, que realizasse a chamada nominal para a fase de único turno de votação, devendo cada vereador declarar somente o voto, pelo fato de a fase de discussão já estar encerrada. O senhor 1º Secretario iniciou a chamada nominal: Vereadora Angela Maria Busnardo declarou ser favorável ao Parecer do Tribunal de Contas. Vereador Douglas França Aires Scardelato declarou ser contra o Parecer do Tribunal de Contas. Vereador João Albani Neto declarou ser contra o Parecer do Tribunal de Contas. Vereador Luiz Carlos de Moraes Junior declarou ser contra o Parecer do Tribunal de Contas. Vereadora Luzia Aparecida Castro Guerreiro Facundini declarou ser favorável ao Parecer do Tribunal de Contas. Vereador Maria Célia Pironi Andrade declarou ser favorável ao Parecer do Tribunal de Contas. Vereador Paulo Roberto Magalhães declarou ser favorável ao Parecer do Tribunal de Contas. Vereador Pedro Jesus Fernandes declarou ser favorável ao Parecer do Tribunal de Contas e Vereador Maria de Fátima Lanfredi dos Santos, Presidente, declarou ser favorável ao Parecer do

“ATA DA 04ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRANGI”.

Tribunal de Contas. Terminada a fase de votação, a senhora Presidente informou que o Parecer do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, foi aprovado por seis votos favoráveis e três contrários. A senhora Presidente informou que a palavra estava livre. Como mais ninguém quis fazer uso da palavra e nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente agradeceu a presença de todos, e comunicou que a próxima sessão ordinária seria realizada no dia 14 de abril de 2015, às 20h00m, e encerrou a 04ª Sessão Ordinária do dia 24 de março de 2015. Sala das Sessões WALDOMIRO ERNESTO SANTAMARIA, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de março de 2015.

JOÃO ALBANI NETO

1º Secretário

MARIA DE FÁTIMA LANFREDI DOS SANTOS

Presidente